



Câmara Municipal de Telêmaco Borba

Rua Oscar Hey, 99 - Centro – CEP 84261-640 - Telêmaco Borba – Paraná.

Fone: (42) 3272-1461 – Fax: (42) 3272-0147

E-mail: camara@telemacoborba.pr.leg.br

Parecer Jurídico N°001/2020

DO OBJETO

Trata-se de parecer jurídico esclarecendo a inconstitucionalidade do Projeto de Lei que proíbe o uso de fogos de artifício com estampido na circunscrição do município de Telêmaco Borba.

RELATÓRIO

Solicita-se parecer jurídico que verse sobre a inconstitucionalidade do Projeto de Lei que proíbe o uso de fogos de artifício com estampido na circunscrição do município de Telêmaco Borba.

PARECER JURÍDICO

Com a finalidade de demonstrarmos a inconstitucionalidade do PL, esclarecemos que os Fogos de Artifício, Explosivos, Materiais Bélicos, Armas e Munições, entre outros, são produtos controlados pelo Exército Brasileiro, por força do Decreto Federal n° 3.665, de 20 de novembro de 2000, denominado R-105 do Exército, editado por DECRETO do Presidente da República, através dos poderes conferidos pelo artigo 84, inciso VI, da Constituição Federal, cujos artigos de interesse, estabelecem:

Art. 1 °Este regulamento, Decreto Federal n°3.665, de 20 de novembro de 2000, tem por finalidade estabelecer normas necessárias para a correta fiscalização das atividades exercidas por pessoas jurídicas e físicas, que envolvam produtos controlados pelo Exército.

Art. 4°Incumbe unicamente ao Exército baixar as normas de regulamentação técnica e administrativa para a fiscalização dos produtos controlados.

Art. 5°Na execução das atividades de fiscalização de produtos controlados deverão ser obedecidos os atos normativos emanados do Exército, que constituirão jurisprudência



Câmara Municipal de Telêmaco Borba

Rua Oscar Hey, 99 - Centro – CEP 84261-640 - Telêmaco Borba – Paraná.

Fone: (42) 3272-1461 – Fax: (42) 3272-0147

E-mail: camara@telemacoborba.pr.leg.br

administrativa sobre a matéria.

Art. 6º A fiscalização de produtos controlados, de que trata este Regulamento é de responsabilidade do Exército, que a executará por intermédio de seus órgãos subordinados ou vinculados, podendo, no entanto, tais atividades serem descentralizadas.

Art. 27, parágrafo I — São atribuições "PRIVATIVAS" do Exército, fiscalizar a fabricação, recuperação, manutenção, utilização industrial, o manuseio, a exportação, a importação, o desembaraço alfandegário, o armazenamento, o comércio e o tráfego de produtos controlados.

Art. 34. São atribuições das Secretarias de Segurança Pública:

I - colaborar com o Exército na fiscalização do comércio e tráfego de produtos controlados, em área sob sua responsabilidade, visando à manutenção da segurança pública;
VI — Cooperar com o Exército no controle da fabricação de fogos de artifício e artificios pirotécnicos e fiscalizar o uso e o comércio desses produtos.

Consequentemente, no que concerne ao projeto de lei, em epígrafe, proibindo o uso de fogos de artifício de estampidos, é inequívoco reafirmar que está invadindo a esfera de competências PRIVATIVAS da União, e "VI" do artigo 21 e inciso XXI do artigo 22 da Constituição Federal, proibindo onde é permitido por estes dispositivos superiores, de poderes e de leis, incorrendo em vício de inconstitucionalidade considerando que o Brasil é uma República Federativa, onde há hierarquia de poderes e de Leis e o Artigo 23 — inciso I, da Constituição Federal, atribui à União, Estados e Municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Este é meu parecer.

Telêmaco Borba, em 06 de Janeiro de 2020.

Marcos Alexandre Becheri

OAB/PR 65.283